



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 384/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Habitação

UNIDADE: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações sobre o andamento de emissão de regularizações fundiárias. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 384/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, conforme consta do SIC em epígrafe, para solicitação de informações sobre o andamento de emissão de regularizações fundiárias.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo objeto inerente à Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), o órgão forneceu ao interessado os esclarecimentos solicitados, encaminhando-lhe a resposta da área técnica da CDHU. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o requerente inovou em grau recursal, solicitando esclarecimentos que não constaram do pedido inicial.
4. Assim, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso (artigo 20 caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015).
5. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
6. Assim, considerando que o órgão prestou esclarecimentos ao interessado, mesmo não se tratando de uma solicitação objeto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, **não**

Classif. documental

006.03.02.001



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

conheço do recurso, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 16 de setembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado